

Diário do Legislativo de 11/08/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 61ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - MANIFESTAÇÃO

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

ATAS

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 9/8/2006

Presidência do Deputado Elmiro Nascimento

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso dos Deputados Laudelino Augusto e Domingos Sávio; aprovação - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.562 a 3.565/2006 - Requerimentos nºs 6.792 a 6.795/2006 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Segurança Pública e do Trabalho - Comunicação não Recebida: Comunicação do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.675/2005; discurso do Deputado João Leite; questão de ordem - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silva Jr. - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elbe Brandão - Elisa Costa - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Milton - Laudelino Augusto - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa -

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Elmiro Nascimento) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- A Deputada Jô Moraes, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece à Deputada Jô Moraes e a cumprimenta pelo seu aniversário. Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Laudelino Augusto.

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, uma das mensagens enviada ontem e lida é do Governador para a retirada do regime de urgência do Projeto de Lei nº 3.374. Gostaria que constasse que ele se refere à criação das subsidiárias da Copasa. Além disso, gostaria que constasse também o nosso reiterado apelo para que se fizesse o desmembramento do projeto, em vez de retirá-lo do regime de urgência. Explicarei algo sobre o qual falamos ontem.

Há um item que tem caráter de urgência. Quando o retiramos de todo o projeto, fica prejudicado o primeiro item, que é a criação da subsidiária Águas Minerais de Minas. Há um anseio e uma necessidade do Circuito das Águas para que seja criada. Depois de respondidos os questionamentos do "Fórum das ONGs do Circuito das Águas", que a criemos. Já está tudo pronto; aliás, com empregos e renda. As pessoas necessitam obter de volta o emprego que perderam quando a Superágua foi fechada.

Logo, gostaria que colocassem que se trata da criação das subsidiárias; além disso, que houve o nosso apelo para que se retire o caráter de urgência das demais, e não da questão das águas minerais. Esta precisa continuar com a urgência. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, gostaria de registrar, nessa mesma linha, que é importante deixar claro que se trata de projeto que propõe a criação de algumas subsidiárias, algumas empresas - ainda que públicas, geridas pela Copasa - que tratem de assuntos distintos. Manifestamos a nossa discordância com a ponderação do Deputado Laudelino Augusto de que apenas um item ou algumas coisas são de urgência. Fico pesaroso com a retirada do regime de urgência. É bom registrar que foi uma pressão e um apelo da Oposição. Aliás, chegou-se a bloquear a pauta de votação e obstruí-la para que o projeto não fosse votado. Antes de entrar o recesso, isso ocorreu e está registrado na Casa. Democraticamente, atendendo a esse apelo da Oposição, o governo retirou o regime de urgência, deixando claro que entende que o projeto deve ser aprovado como um todo.

Entendo que todos os assuntos que tratam do projeto são urgentes. Por que fiz questão de registrar isso? Analisei o projeto e verifiquei que não há como não ser urgente a questão que envolve o saneamento nas cidades mais pobres, com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - mais baixo, como Jequitinhonha. Elas representam a criação de uma das subsidiárias. Assim como essa questão, a irrigação no Jaíba é urgente e é um problema que precisa ser enfrentado. Há centenas de agricultores assentados que precisam de cesta básica para sobreviver, pois não há uma infra-estrutura adequada para que possam produzir. A questão das estâncias hidrominerais é tão urgente quanto as outras. Alertei a Oposição e todos os Deputados sobre isso. Não entrarei aqui na semântica se é Situação ou Oposição. É o que regimentalmente a Casa diz aos que se batem contra o atual governo.

Entendo que Aécio Neves tem realizado um governo bom e sério, por isso me orgulho de ser da sua base. Não tenho constrangimento de ser da Situação, convencionalmente assim chamada.

Gostaria que aqueles que, num processo de oposição e de obstrução, não permitiram votar o projeto, democraticamente votassem contra esse ou aquele artigo e apresentassem as suas emendas. Na ata não pode constar que apenas um item é urgente. É preciso que pelo menos nela conste que a opinião deste Deputado é que todos os itens que tratam do projeto são importantes e igualmente urgentes. Quem sente a urgência é o cidadão que não tem água tratada na sua cidade nem perspectiva de vir a tê-la, se não tomarmos consciência de que é preciso tratar de maneira diferente coisas diferentes. Como essas cidades possuem um IDH mais baixo, precisam buscar outras fontes de financiamento e alternativas para obterem saneamento básico.

Da mesma maneira, o Jaíba precisa também da irrigação. De modo especial, as estâncias hidrominerais, as cidades que compõem o Circuito das Águas, as quais estão tendo o seu turismo prejudicado, tiveram funcionários que perderam o emprego e tinham na Assembléia Legislativa a esperança de ver esse projeto aprovado, querem que todos votemos o projeto.

O fato de ter sido retirado o regime de urgência não impede que a Casa vote o projeto. Faço um apelo para que nos unamos, indiferentemente se Oposição ou Situação, para a votação dessa proposição, ainda que seja aperfeiçoada com emendas, pois se trata de um projeto de relevante interesse público. Não podemos, por uma questão de ser a favor ou contra o governo, bloquear um projeto que poderia melhorar a qualidade de vida de tantas pessoas, como as do Vale do Jequitinhonha, do Sul de Minas, das estâncias hidrominerais e do Jaíba.

Portanto, por uma questão de consciência, registro que estou aqui pronto para votar o projeto. Não faltei a nenhuma reunião e também não faltarei durante toda a campanha. Se houver votação, estarei aqui, no Plenário. Acredito que temos condições de ter quórum e votar o projeto.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei Nº 3.562/2006

Dá a denominação de Raul Belém à rodovia que liga os Municípios de Estrela do Sul e Grupiara.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Raul Belém a rodovia que liga os Municípios de Estrela do Sul e Grupiara.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de agosto de 2006.

Zé Maia

Justificação: De acordo com a Lei nº 13.408, de 1999, a denominação de estabelecimentos, instituições e próprios do Estado deve recair em nome de pessoas falecidas que se tenham destacado por notórias qualidades e relevantes serviços prestados à coletividade.

Propomos dar à rodovia que interliga os Municípios de Estrela do Sul e Grupiara o nome de Raul Belém, como tributo e reconhecimento ao destacado trabalho que essa personalidade desenvolveu em prol do comunidade.

Nascido em 1938, no Município de Araguari, formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte. Eleito pela primeira vez Deputado Estadual pelo extinto MDB, em 1967, teve o mandato cassado por força do Ato Institucional nº 5. Contudo, já em 1987 retorna à atividade política, exercendo o cargo de Deputado Federal por três mandatos, durante os quais se destacou como líder partidário e membro de diversas comissões parlamentares.

Também atuou no Poder Executivo, quando exerceu o cargo de Secretário de Estado de Fazenda.

Por sua atuação, recebeu diversas honrarias, das quais destacamos: Medalhas da Inconfidência, da Ordem do Mérito Legislativo, da Justiça do Trabalho, do Bicentenário da Morte do Alferes Tiradentes, da Ordem do Mérito de Dom Bosco, Grande-Oficial, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no Distrito Federal, da Ordem do Mérito Juiz Classista, concedida pela Associação Nacional dos Juizes Classistas, e Comenda do Mérito Público, alusiva ao Centenário de Belo Horizonte.

O seu falecimento, ocorrido em 2001, deixa uma lacuna; ficaram, entretanto, boas lembranças e admiração por seu exemplar modo de vida.

Em vista disso, contamos com o apoio dos nobres pares para a homenagem pública que ora pretendemos prestar-lhe.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.563/2006

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Povoado da Boa Vista, com sede no Município de Barroso.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Povoado da Boa Vista, com sede no Município de Barroso.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de agosto de 2006.

Luiz Fernando Faria

Justificação: A Associação Comunitária do Povoado da Boa Vista, com sede no Município de Barroso, é uma entidade sem fins lucrativos e cumpre seu compromisso com a sociedade trabalhando para amenizar a situação das famílias que vivem em estado de vulnerabilidade e miserabilidade e desenvolvendo projetos voltados para a geração de renda da comunidade.

Por esse trabalho de importância social, esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório que se propõe mediante esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.564/2006

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Três Marias - AAP-TM -, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Três Marias - AAP-TM -, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de agosto de 2006.

Luiz Fernando Faria

Justificação: A Associação dos Aposentados e Pensionistas de Três Marias é uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter assistencial e de promoção social. Presta assistência social a aposentados e pensionistas e trabalha junto à comunidade visando a promoção e valorização destes.

Considerando o importante trabalho da entidade, que preenche os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, contamos com a aprovação desta proposição pelos nobres colegas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.565/2006

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Excepcional - Apae - de Funilândia, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Excepcional - Apae - de Funilândia, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de agosto de 2006.

Lúcia Pacífico

Justificação: A Associação de Pais e Amigos do Excepcional - Apae - de Funilândia, fundada em 22/10/99, é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos.

A Apae de Funilândia tem por finalidade a promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência, para assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; a coordenação e a execução, na sua área de jurisdição, dos objetivos, dos programas e da política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do movimento apaeano, entre outras finalidades.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual espero e conto com a anuência dos nobres pares ao projeto apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 6.792/2006, da Deputada Vanessa Lucas, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à Presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte pelo lançamento do selo e do carimbo comemorativos dos 70 anos dessa Casa. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.793/2006, da Deputada Vanessa Lucas, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora pelo seus 152 anos de fundação. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.794/2006, da Deputada Vanessa Lucas, solicitando seja formulada manifestação de aplauso à Presidência da Associação Comercial de Viçosa pela realização de festividades em comemoração do aniversário de Arthur da Silva Bernardes. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 6.795/2006, da Deputada Lúcia Pacífico, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do Senado e aos Senadores com vistas à rejeição dos arts. 11, 13, 14 e 15 do Projeto de Lei nº 22/2003. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Segurança Pública e do Trabalho.

Comunicação não Recebida

- A Mesa deixa de receber a seguinte comunicação:

COMUNICAÇÃO

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento da Sra. Maura de Oliveira Costa, ocorrido em 4/8/2006, em Belo Horizonte. (- Idêntica comunicação foi apresentada anteriormente pelo Deputado Mauri Torres.)

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - A Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para a 3ª Parte da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Segurança Pública - aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, em 8/8/2006, dos Requerimentos nºs 6.747/2006, do Deputado Dimas Fabiano, 6.749/2006, do Deputado Weliton Prado, e 6.750 e 6.757/2006, da Comissão de Direitos Humanos; e do Trabalho - aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, em 8/8/2006, dos Projetos de Lei nºs 2.842/2005, da Deputada Jô Moraes, 2.932 e 3.276/2006, do Deputado Fábio Avelar, 2.993/2006, do Deputado Mauri Torres, 3.043/2006, do Deputado André Quintão, 3.147/2006, do Deputado Gustavo Valadares, 3.238/2006, do Deputado Padre João, 3.272/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.273/2006, do Deputado João Leite, 3.274/2006, do Deputado Márcio Passos, 3.279/2006, da Deputada Ana Maria Resende, 3.282 e 3.311/2006, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 3.289/2006, do Deputado Doutor Viana, 3.295 e 3.338/2006, do Deputado Biel Rocha, 3.297/2006, do Deputado João Bittar, 3.305/2006, do Deputado Domingos Sávio, 3.312/2006, da Deputada Cecília Ferramenta, 3.325/2006, da Deputada Lúcia Pacífico, 3.345/2006, do Deputado George Hilton, 3.349/2006, do Deputado Sebastião Costa, 3.356/2006, da Deputada Elbe Brandão, e do Requerimento nº 6.783/2006, do Deputado Antônio Andrade (Ciente. Publique-se.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.675/2005, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado João Leite.

- O Deputado João Leite profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. o encerramento da reunião já que não há quórum. Além disso, que seja garantido o meu tempo para continuar com a discussão desse projeto.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 10, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 10/8/2006

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Alberto Pinto Coelho - André Quintão - Antônio Genaro - Elisa Costa - Jô Moraes - João Leite - Leonardo Moreira - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 11, às 9 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 14ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 13/7/2006

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Dilzon Melo, por indicação da Liderança do BPSP) e Vanessa Lucas (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BPSP) e os Deputados Sebastião Helvécio e João Leite (substituindo este ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da Liderança do BPSP), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Helvécio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de

requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Às 18h15min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Domingos Sávio, Sebastião Helvécio, Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado José Henrique, por indicação do PMDB) e Célio Moreira (substituindo o Deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação do BPSP). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.139/2006 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Sebastião Helvécio) e 3.333/2006 com a Emenda nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: Deputado Célio Moreira). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2006.

Jayro Lessa, Presidente - João Leite - Sebastião Helvécio - José Henrique.

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Saúde NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 18/7/2006

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Adelmo Carneiro Leão, por indicação da Liderança do PT) e os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Doutor Ronaldo e Miguel Martini (substituindo este ao Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BPSP), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Fábio Avelar. Havendo número regimental, o Deputado Doutor Ronaldo, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dá a ata por aprovada e solicita aos Srs. Deputados que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o encerramento das atividades da Clínica Nossa Senhora da Conceição, na Capital. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Padre João Marcelino da Silva, Ecônomo da Arquidiocese de Belo Horizonte; Ilma Arruda de Araújo, Presidente da Associação de Defesa dos Usuários Consumidores e Contribuintes em Minas Gerais - Aducon -; Irene Adams, Diretora da Clínica Ammor; Miria Ferreira de Oliveira, Supervisora Administrativa da Clínica Nossa Senhora da Conceição; Mário Delavy, Administrador da Paróquia Nossa Senhora da Conceição; Míriam Junqueira Alvarenga, Assistente Social do Hospital da Baleia; Mariel Nogueira da Gama, Presidente da Sociedade de Tanatologia de Minas Gerais; Marcelo Darwich Apgua, Administrador de Gestão Hospitalar do Hospital Nossa Senhora de Lourdes de Nova Lima e Consultor do SUS, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente registra a presença do Vereador Antônio Pinheiro. A Presidência concede a palavra ao Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Participam dos debates as seguintes pessoas: Srs. Ramon Bello, do Gapa-MG; Francisco Adalton, do Grupo Solidário; Ingrid Furtado e Natália Bini, respectivamente repórteres do jornal "Estado de Minas" e da TV Alterosa; Vereador Antônio Pinheiro; Carlos Alberto Medeiros; Rosemary Silva Campos, da ACPSempre - Viva; Eny Fraga Barbosa, voluntária da Clínica Nossa Senhora da Conceição, e Caio Souza, imunologista viral voluntário da Clínica Nossa Senhora da Conceição. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2006.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Ronaldo.

ATA DA 19ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 2/8/2006

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Laudelino Augusto, Doutor Ronaldo, João Leite e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Usina de Aimorés - Hidrelétrica Eliezer Batista -, publicado no "Diário do Legislativo" de 13/7/2006; e do Sr. Wenceslau da Mata, Vereador à Câmara Municipal de Passa-Quatro, solicitando empenho e providências para solucionar o problema de coleta e destinação final do lixo doméstico nessa cidade; e exemplar de DVD sobre o Projeto Produtor de Água, enviado pelo Sr. Marco Túlio Paolinelli, Diretor-Presidente da Agronelli Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários Ltda. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, em Contagem, o processo de implementação da Área de Proteção Ambiental de Várzea das Flores; Laudelino Augusto, João Leite e Doutor Ronaldo, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater as ações de preservação dos mananciais de abastecimento público na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em especial as relacionadas aos impactos ambientais decorrentes de atividades de parcelamento do solo para loteamentos e disposição final do lixo urbano. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente - João Leite.

ATA DA 15ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Participação Popular NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 2/8/2006

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados André Quintão e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Simone Aparecida Albuquerque, Diretora do Departamento de Gestão do Suas da Secretaria Nacional de Assistência Social (23/6/2006) e Mariza Terezinha Rigo, Diretora de Programa do Ministério da Educação (30/6/2006); dos Srs. Ilmar Bastos Soares, Presidente da Feam (30/6/2006); e Geraldo Thadeu, Deputado Federal (30/6/2006). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o Estatuto da Igualdade Racial. É fixado o novo horário das reuniões ordinárias desta Comissão para as quartas-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2006.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão - Ivair Nogueira.

ATA DA 19ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Redação NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 2/8/2006

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Ricardo Duarte e a Deputada Vanessa Lucas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Vanessa Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.482, 2.722, 2.988/2005, 3.017, 3.023, 3.029, 3.033, 3.036, 3.038, 3.066, 3.071, 3.073, 3.109, 3.178, 3.194, 3.213, 3.214/2006 (Deputada Vanessa Lucas); 3.221, 3.229, 3.232, 3.237, 3.241, 3.242, 3.244, 3.257, 3.265, 3.267, 3.268, 3.270, 3.283, 3.326, 3.328, 3.332, 3.339 e 3.359/2006 (Deputado Ricardo Duarte). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.482, 2.722, 2.988/2005, 3.017, 3.023, 3.029, 3.033, 3.036, 3.038, 3.066, 3.071, 3.073, 3.109, 3.178, 3.194, 3.213, 3.214/2006 (relatora: Deputada Vanessa Lucas); 3.221, 3.229, 3.232, 3.237, 3.241, 3.242, 3.244, 3.257, 3.265, 3.267, 3.268, 3.270, 3.283, 3.326, 3.328, 3.332, 3.339 e 3.359 (relator: Deputado Ricardo Duarte). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2006.

Vanessa Lucas, Presidente - Jô Moraes - Marlos Fernandes.

ATA DA 17ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 3/8/2006

Às 9h15min, comparecem no Salão de Eventos do Clube Talismã de Lagoa Grande o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelos Deputados presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública para obter esclarecimentos sobre a retirada à força de trabalhadores rurais ocupantes da Fazenda Gameleira, situada em Lagoa Grande. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo; Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Procurador de Justiça e Coordenador do CAO das Promotorias de Conflitos Agrários e membro da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo; Luís Carlos Martins Costa, Promotor de Justiça da Promotoria de Conflitos Agrários; Vilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg licenciado; Welton Geraldo Wagner de Matos, Vice-Prefeito Municipal de Lagoa Grande; Inocêncio Lino da Silva, Secretário Municipal do Trabalho e Ação Social de Lagoa Grande; Juraci Moreira Souto, Secretário de Finanças e Administração da Contag; Paulo Roberto Faccion, Presidente da Comissão da Pastoral da Terra; Valmir Rodrigues Neto, acampado; Maria Varlene Pereira, acampada; Geraldo Wagner de Matos, Arlindo Braz de Lima, Geraldo dos Santos Gonçalves, Claudiomar Pinto da Fonseca, Vereadores, e a Vereadora Maria Rosária dos Santos, da Câmara Municipal de Lagoa Grande e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Grande, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente apresenta requerimentos e comunica que serão apreciados na próxima reunião, tendo em vista a inexistência de quórum para votação da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2006.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos - Paulo Cesar - Zé Maia - Rêmoló Aloise.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 16/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.972/2006, do Deputado Rogério Correia.

Finalidade: debater, em audiência pública com convidados, a matéria "Alimento vencido mata a fome em BH", publicada no jornal "Estado de Minas" do dia 24/7/2006, que denuncia a ação de quadrilhas especializadas no desvio e na comercialização de alimentos com prazo de validade vencido.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 16/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apresentação do relatório das ações da Secretaria de Estado de Saúde no 2º trimestre de 2006, conforme o disposto na Lei nº 8.689, de 27/7/93.

Convidados: Sr. Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário de Estado de Saúde.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 16/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.596/2004, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/8/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 11/8/2006, destinada à realização do fórum técnico "Políticas públicas para as mulheres".

Palácio da Inconfidência, 10 de agosto de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial do Protocolo de Quioto

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Doutor Ronaldo, Dimas Fabiano e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/2006, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o relatório final da Comissão e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.988/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.988/2006, de autoria da Deputada Maria Olívia, que declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do São Vicente, com sede no Município de Buritis, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.988/2006

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do São Vicente, com sede no Município de Buritis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do São Vicente, com sede no Município de Buritis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Ricardo Duarte.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.017/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.017/2006, de autoria do Deputado Marlos Fernandes, que declara de utilidade pública a Federação Mineira de Kung-Fu Wushu, com sede no Município de Itajubá, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.017/2006

Declara de utilidade pública a Federação Mineira de Kung-Fu Wushu, com sede no Município de Itajubá.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Federação Mineira de Kung-Fu Wushu, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Ricardo Duarte.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.066/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.066/2006, de autoria do Deputado Weliton Prado, que declara de utilidade pública o Sacolão Móvel Comunitário, com sede no Município de Uberlândia, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.066/2006

Declara de utilidade pública a entidade Sacolão Móvel Comunitário, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Sacolão Móvel Comunitário, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Ricardo Duarte.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.073/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.073/2006, de autoria do Deputado Zé Maia, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais Santa Luzia, com sede no Município de Campina Verde, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.073/2006

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais Santa Luzia, com sede no Município de Campina Verde.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais Santa Luzia, com sede no Município de Campina Verde.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Ricardo Duarte.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.178/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.178/2006, de autoria do Deputado Leonardo Moreira, que declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais do Município de Passa Vinte - Aprovinte -, com sede no Município de Passa-Vinte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.178/2006

Declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais do Município de Passa Vinte - Aprovinte -, com sede no Município de Passa-Vinte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais do Município de Passa Vinte - Aprovinte -, com sede no Município de Passa-Vinte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Ricardo Duarte.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.194/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.194/2006, de autoria do Deputado José Henrique, que declara de utilidade pública o Centro Educacional de Abre Campo, com sede no Município de Abre- Campo, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.194/2006

Declara de utilidade pública o Centro Educacional de Abre Campo, com sede no Município de Abre-Campo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Educacional de Abre Campo, com sede no Município de Abre-Campo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Ricardo Duarte.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.213/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.213/2006, de autoria do Deputado Antônio Andrade, que declara de utilidade pública o Vargem Grande Esporte Clube, com sede no Município de Formiga, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.213/2006

Declara de utilidade pública o Vargem Grande Esporte Clube, com sede no Município de Formiga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Vargem Grande Esporte Clube, com sede no Município de Formiga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Ricardo Duarte.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.214/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.214/2006, de autoria do Deputado Doutor Viana, que declara de utilidade pública a Caixa Escolar Irmã Raimunda Marques, com sede no Município de Curvelo, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.214/2006

Declara de utilidade pública a Caixa Escolar Irmã Raimunda Marques, com sede no Município de Curvelo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Caixa Escolar Irmã Raimunda Marques, com sede no Município de Curvelo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Ricardo Duarte.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.265/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.265/2006, de autoria do Governador do Estado, que dá denominação de Escola Estadual Prefeito Virmondês Afonso a escola estadual localizada no Município de Perdizes, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.265/2006

Dá denominação a escola estadual localizada no Município de Perdizes.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Prefeito Virmondês Afonso a escola estadual localizada na Rua Luiz Augusto Coelho, s/nº, no Município de Perdizes.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Ricardo Duarte, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.267/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.267/2006, de autoria do Governador do Estado, que dá denominação de Escola Estadual Maria da Conceição Chaves à Escola Estadual Lapinha dos Gamas no Povoado de Mato Verde, Município de Coração de Jesus, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.267/2006

Dá nova denominação à Escola Estadual Lapinha dos Gamas, localizada no Município de Coração de Jesus.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Passa a denominar-se Escola Estadual Maria da Conceição Chaves a Escola Estadual Lapinha dos Gamas, localizada no Povoado de Mato Verde, no Município de Coração de Jesus.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Ricardo Duarte, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.268/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.268/2006, de autoria do Governador do Estado, que dá denominação de Escola Estadual Maria Pereira de Araújo a escola estadual localizada no Município de Ribeirão das Neves, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.268/2006

Dá denominação a escola estadual localizada no Município de Ribeirão das Neves.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Maria Pereira de Araújo a escola estadual localizada na Rua Dezesete, nº 22, no Bairro Jardim São Judas Tadeu – Justinópolis, no Município de Ribeirão das Neves.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Ricardo Duarte, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.270/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.270/2006, de autoria do Deputado Antônio Andrade, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Taboca, com sede no Município de Presidente Olegário, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.270/2006

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Taboca, com sede no Município de Presidente Olegário.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Taboca, com sede no Município de Presidente Olegário.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Ricardo Duarte, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.283/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.283/2006, de autoria do Governador do Estado, que dá denominação a escola estadual localizada no Município de Ibitaré, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.283/2006

Dá denominação a escola estadual localizada no Município de Ibitaré.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Antônio Pinheiro Dinis a escola estadual localizada na Avenida Prefeito João de Deus, no Bairro de Jaçanã, no Município de Ibitaré.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Ricardo Duarte, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.332/2006

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.332/2006, de autoria do Deputado Domingos Sávio, que declara de utilidade pública a Associação dos Cavaleiros de Luz, com sede no Município de Luz, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.332/2006

Declara de utilidade pública a Associação dos Cavaleiros de Luz, com sede no Município de Luz.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Cavaleiros de Luz, com sede no Município de Luz.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Ricardo Duarte, relator - Vanessa Lucas.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

Comunicação

- O Sr. Presidente despachou, em 10/8/2006, a seguinte comunicação:

Da Deputada Maria Olívia, dando ciência à Casa do falecimento de Nely Carvalho Guimarães, ocorrido em 9/8/2006, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÃO

Manifestação

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, a seguinte manifestação:

de congratulações com a Corporação Musical Santa Cecília por seu 110º aniversário de fundação (Requerimento nº 6.736/2006, do Deputado Jayro Lessa).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/8/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando Marcelo de Freitas Assis Rocha do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Maria Cândida Medeiros Canêdo para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado José Milton

nomeando Joaquim Rezende dos Santos Junior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

nomeando Vera Lucia Monteiro Pimenta para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2006

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 25/8/2006, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de resmas de papéis.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 10/8/2006, na pág. 50, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Chico Rafael", onde se lê:

"Elisângela de Sousa Barbosa", leia-se:

"Elisângela de Souza Barbosa".